

JAIME OSORIO

O ESTADO NO CENTRO DA
MUNDIALIZAÇÃO
A sociedade civil e o tema do poder

Tradução
Fernando Correa Prado

1ª edição

OUTRAS EXPRESSÕES

São Paulo – 2014

Copyright © 2014, by Outras Expressões

Conselho editorial: Gaudêncio Frigotto, Luiz Carlos de Freitas, Maria Victória de Mesquita Benevides, Paulo Ribeiro Cunha, Rafael Litvin Villas Bôas, Ricardo Antunes, Walnice Nogueira Galvão, Eliseu Sposito e Juvelino Strozake

Título original: *El Estado en el centro de la mundialización: la sociedad civil y el asunto del poder*

Revisão: *Dulcinea Pavan*

Projeto gráfico, diagramação e capa: *ZAP Design*

Imagem da capa: Jaime Ozorio

Impressão e acabamento: Intergraf Ind. Gráfica Eireli

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)	
Osorio, Jaime	
0784e	O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder / Jaime Osorio, tradução [de] Fernando Correa Prado — 1. ed. — São Paulo : Outras Expressões, 2014. 344 p.
Indexado em GeoDados - http://www.geodados.uem.br . Tradução de: El estado en el centro de la mundialización: La sociedad civil y el asunto del poder ISBN 978-85-64421-76-9	
1. Globalização 2. Sociologia. 3. Sociedade Civil I. Prado, Fernando Correa, trad. II. Título.	
CDD 337.1	
Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250	

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desse livro pode ser utilizada ou reproduzida sem a autorização da editora.

1ª edição: outubro de 2014

OUTRAS EXPRESSÕES

Rua Abolição, 201 – Bela Vista

CEP 01319-010 – São Paulo – SP

Fone: (11) 3522-7516 / 4063-4189 / 3105-9500

editora.expressaopopular.com.br

livraria@expressaopopular.com.br

www.facebook.com/ed.expressaopopular

Sumário

Introdução: o retorno ao Estado e ao problema do poder..... 9

PRIMEIRA PARTE

ESTADO, PODER POLÍTICO E CLASSES SOCIAIS

I. O Estado como questão política 17
II. O Estado e a reprodução societária..... 71
III. Política e poder político 89
IV. As classes sociais no capitalismo 109
Anexo: A ruptura entre economia e política no mundo do capital 143

SEGUNDA PARTE

ESTADO E DEMOCRACIA NA MUNDIALIZAÇÃO

V. Mundialização, imperialismo e estado-nação 161
VI. O Estado no centro da mundialização 179
VII. O Estado no capitalismo dependente..... 205
VIII. A transição para a democracia na América Latina 227
IX. A ingovernabilidade da democracia: crítica a um discurso conservador 271

TERCEIRA PARTE

ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E PODER POLÍTICO

X. As fronteiras entre o Estado e a sociedade civil 293
XI. A sociedade civil e a questão do poder e da revolução 311

Bibliografia.....331

VII. O ESTADO NO CAPITALISMO DEPENDENTE

Introdução

Nas próximas páginas buscaremos destacar as particularidades do Estado no capitalismo dependente, revelar algumas de suas características em diferentes momentos do processo econômico/político da região, como no período da industrialização, com suas diferentes etapas, e a posterior instauração do Estado de contrainsurgência.

Particularidades do Estado no capitalismo dependente

Além das fissuras próprias de um Estado de classes, o Estado no capitalismo dependente está atravessado por pelo menos dois processos que definem suas particularidades e que, a um só tempo, redefinem as fissuras próprias do Estado capitalista. O primeiro processo se refere à condição dependente das formações sociais em que se constitui. O segundo se refere ao significado da particular modalidade de exploração no capitalismo dependente – a superexploração –, que determina as relações entre classes, frações e setores.

Estados subsoberanos

O Estado no capitalismo dependente implica uma condensação das relações de poder e dominação, bem como da construção de uma comunidade num espaço específico do sistema mundial capitalista. Ele é caracterizado pelas relações restritas de soberania frente a formações econômico-sociais e regiões que apresentam exercícios mais plenos em termos de soberanias – na medida em que são Estados desenvolvidos, centrais e imperialistas. Este exercício desigual da soberania no interior do sistema mundial capitalista é uma característica estrutural, processo que se acentua ou se atenua em diferentes períodos históricos, mas que provoca no Estado do capitalismo dependente relações de *subsoberania*.

Entre outras coisas, a dimensão subsoberana do Estado do capitalismo dependente implica a subordinação/ associação do capital e das classes dominantes locais frente ao capital e às classes soberanas do mundo desenvolvido e imperialista, situação que não deve ser interpretada como um obstáculo, mas, ao contrário, como uma condição de vida das classes dominantes locais, o que não exclui possíveis conflitos.

Este duplo processo provoca o enfraquecimento ou a ausência nas classes dominantes do capitalismo dependente – pelo menos em seus setores mais poderosos – de projetos autônomos de desenvolvimento e de projetos nacionais. Seus projetos operam em condições de subordinação – e associação – aos capitais desenvolvidos e imperialistas que predominam em diversos momentos históricos. Esta situação está na base do fato de que, no capitalismo dependente, *todo projeto político soberano deve necessariamente assumir*

*conotações anti-imperialistas e, ao mesmo tempo, anticapitalista e popular*¹.

Os processos de monopolização nos mais diversos setores econômicos – oriundos do efeito da associação subordinada com o capital estrangeiro ou então pelos investimentos diretos de capital – provocam uma reduzida expansão das classes, frações e setores das classes dominantes. A debilidade na estrutura de tais classes e a acumulação de contradições do sistema mundial capitalista nas zonas periféricas e dependentes² – o que implica debilidades estruturais do Estado e do sistema de dominação no capitalismo dependente – são compensadas pelo peso das dimensões autoritárias do Estado e do governo, mesmo sob feições democráticas, e pela *internalização no – e por parte do – Estado dependente* das relações de poder de Estados e capitais centrais e imperialistas.

A debilidade estrutural das classes dominantes e a subordinação dependente exige que o Estado do capitalismo dependente opere como uma relação social condensada de enorme relevância. A debilidade produtiva do capitalismo dependente tem seu correlato no forte intervencionismo estatal, como força para impulsionar os projetos hegemônicos, mesmo em situações em que a política econômica e o discurso predominante pretendam apontar para o fim da intervenção estatal. A matriz Estadocêntrica é de particular importância na

¹ Teoricamente é possível imaginar a possibilidade de que nesse processo político sejam mantidas alianças táticas com setores burgueses hoje subordinados dentro do bloco no poder, mas o caráter e o sentido daquele processo necessariamente devem ser populares.

² Lenin sintetizava esta situação com a noção de “elos débeis da cadeia imperialista”.

história político-econômica da região, tanto de forma aberta como de modos mais ou menos encobertos.

As determinações do Estado pela superexploração

O fato da reprodução capitalista no capitalismo dependente estar baseada fundamentalmente na superexploração da força de trabalho³ provoca diversas consequências em termos estatais nessas formações sociais e nessas regiões. A superexploração gera processos produtivos que tendencialmente ignoram as necessidades da maioria da população trabalhadora, direcionando a produção para mercados estrangeiros e/ou para estreitas camadas sociais que conformam os reduzidos – embora poderosos – mercados internos, gerados em meio à aguda concentração da riqueza. Tais processos ganham formas variadas de acordo com os padrões de reprodução do capital imperantes nos diferentes períodos históricos⁴.

A limitada expansão da estrutura produtiva no capitalismo dependente reduz a massa de trabalhadores empregados, propiciando, em contraste, a tendência ao aumento da população trabalhadora subempregada ou desempregada, processos esses que alentam, por sua vez, o aumento da intensidade do trabalho e das jornadas de trabalho dos trabalhadores ativos.

Se o capitalismo é um sistema com dimensões civilizatórias, são as dimensões da barbárie, porém, que tendem a prevalecer no capitalismo dependente. Sociedades atravessadas por esses processos geram altos níveis de conflito social, alguns

³ Sobre este tema, ver Ruy Mauro Marini, *Dialética de la dependencia*. México: Era, 1973. (Ed. bras.: João Pedro Stedile e Roberta Traspadini (orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

⁴ Sobre o tema, ver de Carla Ferreira, Jaime Osorio e Mathias Luce (orgs.), *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.

latentes e muitos outros manifestos. A reprodução do capital sustentada na superexploração gera agudas fraturas sociais: ilhas de riqueza no meio de um mar de pobreza, trabalhadores esgotados prematuramente, miséria e desemprego. Tudo isso tende a criar condições para potencializar os enfrentamentos sociais e a luta de classes.

Assim, a ordem social se torna possível sobre a base de um exercício férreo do poder político, o que requer um Estado no qual os mecanismos coercitivos operam de forma recorrente.

Nessas condições, o Estado no capitalismo dependente tem sérios problemas para gerar um sentido de comunidade. Frente à profundidade das fraturas sociais provenientes da reprodução do capital – em que são mais poderosas as tendências à desintegração do que à integração –, serão a religião e os hábitos e costumes mantidos pelos povos originários – onde ainda existam e tenham peso na vida social – que operarão no sentido de conformar comunidades.

O aparato de Estado no capitalismo dependente

Se em qualquer aparato de Estado capitalista as máximas autoridades, tendencialmente, aparecem como um comando acima da sociedade, tal característica se acentua no aparato de Estado do capitalismo dependente. Isso obedece a um duplo processo. Frente à barbárie generalizada que a reprodução do capital tende a gerar na sociedade, e frente ao sentimento de fragilidade social que se impõe sobre os indivíduos – devastados por forças que não conhecem nem controlam –, as autoridades estatais e o aparato de Estado emergem como um refúgio nos quais – e com os quais – seria possível se proteger.

Fenômenos políticos como o caudilhismo e de lideranças populistas, tão comuns na história política regional, são

frutos dessa situação, com suas variantes de direita ou então inclinados à esquerda.

Neste mesmo sentido se encontra a tendência à despolíticação da população (e dos cidadãos) e a ideia de que a política é uma atividade reservada para setores especiais, dotados de qualidades carismáticas, de preparação, de experiência e de conhecimento.

Em um mundo social com enormes carências sociais e em que o aparato de Estado tendencialmente se constitui como uma grande instituição que reparte doações e benefícios e concede auxílio – não como direito dos cidadãos, mas como dádivas daqueles que mandam –, o aparato de Estado e suas autoridades são vistos como se estivessem acima da sociedade, como encarnação de um poder que, por dádivas e auxílios, permitiria mitigar o despotismo cotidiano do capital, depositando esperanças numa autoridade protetora.

Como um acréscimo de maiores dividendos políticos, tudo isso permite que as autoridades estatais ganhem reconhecimento e obediência; numa palavra: legitimidade.

Analise agora algumas etapas e características significativas do capitalismo dependente latino-americano.

O Estado desenvolvimentista

O Estado desenvolvimentista latino-americano assumiu formas extensas. Dentro de suas funções é possível destacar, por um lado, os investimentos em setores que ainda não eram rentáveis para os empresários locais ou estrangeiros (grandes empresas industriais ligadas à produção de aço, por exemplo, e de serviços, como energia elétrica, água e educação) ou então aquelas atividades que, pela sua magnitude ou papel estratégico, ficaram nas mãos estatais (infraestrutura portuária, estradas,

bem como os setores produtivos que geravam os maiores excedentes, tais como o petróleo, o cobre, entre outros).

Por outro lado, o aumento das funções e das instituições necessárias para esse modelo proporcionou também o crescimento do emprego estatal e da demanda interna, fator de vital importância para incentivar o mercado do incipiente setor industrial, justificados pelas teorias keynesianas (com variantes cepalinas em alguns casos) que sustentavam as políticas econômicas em geral.

Essas duas funções do Estado desenvolvimentista no âmbito econômico permitem revelar o modelo econômico que era impulsionado e frente ao qual essas tarefas estatais eram não apenas pertinentes, mas indispensáveis. Estamos falando do início e/ou consolidação do chamado modelo de industrialização na América Latina, um processo que – diante da debilidade da fração burguesa industrial na região e as reticências de investimento do capital estrangeiro no ainda fraco setor secundário – tinha nos investimentos estatais um elemento fundamental para o êxito da tarefa iniciada.

A forma e a magnitude que o aparato de Estado assumiu e as funções que este passou a cumprir expressavam o fim do antigo modelo econômico, bem como a emergência em seu seio de novos interesses sociais. Em primeiro lugar, os interesses de uma precária fração burguesa. Mas os interesses sociais representados no Estado industrializante não eram alheios às classes e às frações beneficiárias do antigo modelo exportador. Não se pode esquecer que, salvo no caso mexicano com a Revolução de 1910 e os processos que lhe seguiram – particularmente sob o governo de Lázaro Cárdenas, no qual foram afetados importantes segmentos dos proprietários fundiários – e no caso da Bolívia em 1952, no resto da América Latina não houve

processos de reforma agrária até meados dos anos 1960. Isso coloca em evidência o poderio político que a classe proprietária fundiária mantinha na região, mas revela também um aspecto econômico específico: a industrialização encontrará recursos para seu avanço nas rendas provenientes das exportações de matérias-primas e alimentos, ou seja, na manutenção da antiga economia exportadora (mas agora subordinada ao novo projeto econômico), que, apesar de seu declínio, seguia suprimindo de recursos monetários duros, de modo que para a própria burguesia industrial era interessante que diminuíssem – mas não fossem destruídas – as bases de sustentação daqueles setores das classes dominantes.

Neste sentido, o bloco no poder se reacomoda em termos da divisão interna do poder, sob a crescente hegemonia da fração burguesa industrial, tendo no poder estatal sua principal arma para impor seu projeto econômico e societário.

O projeto dessa fração burguesa encontrou aliados sociais importantes no interior das classes dominadas que tiveram um papel importante na acumulação de forças necessárias para o novo projeto: primeiramente, em amplos setores da pequena burguesia tanto proprietária como não proprietária que viram no processo de industrialização e nas ofertas de maior abertura política espaços para um melhor posicionamento na nova sociedade; e também nas velhas e novas camadas da população operária, com a gestação de novos empregos na indústria e nos serviços, favorecendo sua aproximação com os novos projetos de desenvolvimento e, em maior ou menor medida, com os acordos e alianças políticas que fortalecem tais projetos.

Fundamentalmente, a forma e as funções do Estado desenvolvimentista estiveram diretamente ligadas aos interesses sociais que o hegemonizaram, bem como às tarefas e alianças

necessárias para o projeto de industrialização. Não foi, portanto, um produto alheio a essas necessidades. Ao contrário, obedecia à racionalidade econômica e política desse projeto.

Vários fatores se conjugam para o enfraquecimento e posterior esgotamento do Estado desenvolvimentista. Alguns se referem às transformações econômicas derivadas da emergência, durante os anos 1950 e 1960, de novos ramos produtivos – como o automotriz, o eletrônico, o petroquímico etc. –, nos quais o capital estrangeiro acaba se tornando forte e predominante, aproveitando-se da infraestrutura gestada na região nos anos anteriores e dos bens de capital que a II Guerra Mundial tinha tornado obsoletos, principalmente nos Estados Unidos, após a aplicação dos avanços bélicos na indústria. Em pouco tempo tudo isso abrirá passagem para a projeção de novos ramos no mercado interno de alto poder de consumo, num primeiro momento, para posteriormente agregar sua projeção para mercados externos.

Essas mudanças econômicas, que vão acompanhadas de alianças entre certas camadas da burguesia industrial local com o capital estrangeiro, propiciam o surgimento de fortes divisões sociais e políticas no interior das classes dominantes, com a emergência de uma fração do grande capital (industrial, agrícola, comercial e financeiro, que podemos caracterizar como burguesia dinâmica) tendente a colocar em questão as bases de uma *industrialização estendida e diversificada*, que caracterizou o processo em sua primeira etapa, para privilegiar uma *industrialização seletiva e concentrada*, na qual os novos ramos industriais passariam a ocupar um lugar central⁵.

⁵ Ruy Mauro Marini faz uma lúcida exposição desse processo em "El ciclo del capital en la economía dependiente", texto que compõe o livro de Úrsula

O avanço desse novo projeto gera o impulso de políticas econômicas que fortalecem os segmentos sociais de alto poder de consumo no plano local e, posteriormente, gera apoios para se lançar à conquista de mercados no exterior, processos que começam a debilitar as posições da fração burguesa mais tradicional e dos setores sociais assalariados vinculados ao mercado interno. Os primeiros pactos de integração da região começam a ganhar vida precisamente nesses momentos.

Todas essas mudanças acabam colocando em questão as alianças sociais e políticas que sustentavam o velho Estado, de modo que aqueles setores sociais dominados que sobreviviam dessas alianças aparecem agora como um estorvo. Isso dá início – com maior ou menor rapidez nos diversos países da região – a rupturas pela via de contenções salariais, fechamento de antigas instituições do aparato estatal, cortes de funcionários do Estado e toda a gama de medidas levadas a cabo no último quarto do século XX e que implicaram na expulsão do consumo de amplas camadas sociais. Não foi alheio a essas rupturas o fechamento dos espaços políticos com a instauração de regimes militares ou de governos civis autoritários na maioria dos países da região.

Esses processos se agudizam mais ainda após o abandono do projeto industrializante voltado para o mercado interno, em todas suas variantes, e a abertura para a conformação de um novo padrão de reprodução, baseado na criação de economias

Oswald (coord.), *Mercado y dependencia*. México: Nueva Imagen, 1979. (Ed. bras.: texto publicado em português no livro de Carla Ferreira, Jaime Osorio e Mathias Luce (orgs.), *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012. (N.T.)) Também em Ruy Mauro Marini, *El reformismo y la contrarrevolución. Estudios sobre Chile*. México: Era, 1976.

exportadoras que buscam aproveitar suas vantagens naturais e produtivas para competir no mercado mundial.

O Estado contrainsurgente

O fim do projeto de industrialização *diversificada* e a orientação do processo para uma industrialização cada vez mais seletiva – prenúncio da especialização produtiva exportadora posterior – marcou o esgotamento das possibilidades do capital latino-americano manter as amplas alianças de classes com os setores dominados, em particular com a pequena burguesia e o proletariado industrial, estabelecidas na primeira fase daquele projeto. Os mercados da nova reprodução passam a ser buscados em mercados externos e na somatória dos altos mercados internos de cada economia e com isso se colocam em marcha projetos integracionistas. Neste processo, o capital mais dinâmico, crescentemente hegemônico, deverá romper acordos com amplos setores assalariados.

O problema para levar a cabo essa tarefa é que o próprio processo de industrialização tinha fortalecido a população operária – devido à expansão do setor secundário –, bem como a pequena burguesia assalariada do setor público – pelo peso e diversificação das atividades estatais no impulso à industrialização – e também no setor privado. Todos esses agrupamentos assalariados não apenas haviam crescido em número, mas também em suas organizações sindicais e participação em partidos políticos, em um período da história regional – anos 1950 e 1960 – em que se multiplicou o ativismo popular em prol de melhores condições de vida, ao qual se somaram os protestos e as manifestações dos novos pobres urbanos por serviços básicos e por espaços na vida econômica, política e institucional.

A ruptura daquelas alianças – com o disciplinamento das classes populares para as novas condições de vida e de trabalho que implicavam perdas de empregos, de salários e de diversas assistências sociais – e a desarticulação de suas organizações, que foram desmobilizadas e obrigadas a se sujeitar aos novos despotismos do capital levaram ao estabelecimento de um novo tipo de Estado: o Estado de contrainsurgência.

Tal denominação tem como origem o fato de que os Estados latino-americanos adotaram a doutrina de contrainsurgência imperante nas escolas militares estadunidenses ocupadas na formação de militares latino-americanos, por onde passaram diversas gerações de suboficiais e oficiais, hoje em posições de alto escalão no seio das Forças Armadas da região.

O núcleo dessa doutrina pode ser sintetizado em poucas linhas: no contexto da guerra fria, os Estados ocidentais e democráticos sofreriam ofensivas do comunismo tanto externas quanto internas, pela via da preparação de quadros comunistas e ativistas no exterior que retornariam para se inserir nas sociedades e a partir dela levar a cabo as tarefas insurgentes, recrutando para tanto diversos setores sociais, como estudantes, dirigentes sindicais, militantes partidários e mesmo a população em geral, gerando desestabilização e permitindo que o comunismo ganhasse posições. Em poucas palavras, a guerra já não é mais externa, mas, ao contrário, é fundamentalmente interna: o inimigo teria se incrustado no seio de nossas sociedades. À luz dessa doutrina, a leitura sobre as mobilizações populares e sobre o ativismo em geral era a de que estaria em curso a marcha ascendente da insurgência interna fomentada pelo comunismo internacional.

Fazer frente a essa marcha implicaria destacamentos especiais das Forças Armadas preparados para a guerra interna. É nessa lógica que eles começam a se multiplicar na região. Não é difícil estabelecer a complementariedade dessa nova doutrina com as necessidades do capital dinâmico, estreitamente associado ao estrangeiro, que tratava de romper as alianças políticas com amplos setores populares e de disciplinar o campo popular para a reprodução de capital e para a marcha e/ou reconversão dos novos projetos do capital.

Em muitas sociedades da região, a emergência dos Estados de contrainsurgência tomou a forma de ditaduras militares, após os golpes militares que implicaram maiores ou menores graus de violência sobre a população civil. No Brasil, em 1964, deu-se início a esse processo, que se seguiu posteriormente na Bolívia (1971), no Chile (1973), no Uruguai (1973), no Peru (1975) e na Argentina (1976), cobrindo praticamente toda a parte sul da América Latina.

As ditaduras militares entronizadas nesse período apresentam substanciais diferenças com a presença de militares na história regional prévia. A mais importante delas é que são as Forças Armadas, enquanto instituição, que aplicam os golpes militares, e não oficiais que conseguem apoio de setores militares para chegar ao governo. Há também a presença de uma doutrina militar – a doutrina de contrainsurgência –, o que unifica os corpos militares que assumiram a direção do aparato de Estado como parte de um projeto militar e político: a guerra interna contra o comunismo. Por último, as novas ditaduras estabelecem um alto grau de coordenação em matéria de inteligência e de repressão, tornando os aparatos repressivos perseguidores de qualquer sujeito qualificado como subversivo, independentemente de sua nacionalidade.

Em geral essas novas ditaduras militares tendem a fechar os parlamentos, anular os partidos políticos, submeter o poder judicial, estabelecer um férreo controle sobre os meios de comunicação e executar políticas de extermínio de dirigentes políticos, estudantes, sindicalistas e de todos aqueles catalogados como subversivos, fazendo uso de uma violência que busca não apenas conter, mas também submeter a população civil pelo medo e pelo pavor.

Esses últimos aspectos levarão alguns autores a qualificar tais ditaduras como fascistas, enquanto outros optarão pela denominação de Estados de Quarto Poder⁶, dando ênfase ao novo papel das Forças Armadas como poder no interior dos três poderes clássicos do Estado.

Em outras sociedades latino-americanas, embora não tenha havido golpes militares, a presença do Estado de contrainsurgência ganhou forma sob governos civis. Contudo, as Forças Armadas assumiram também nesses casos seu novo papel na guerra interna com destacamentos especiais e com ofensivas que em muitos casos não tiveram tanta repercussão midiática como naqueles em que houve golpes militares. Também nesses casos, contudo, as Forças Armadas tiveram um novo papel dentro do Estado.

Destruir as organizações políticas e sindicais, matar suas lideranças e seus dirigentes, implementar políticas de terra-arrasada sobre vastos contingentes da população civil, gerar

⁶ Ver parte desse debate e as posições em disputa em Pío García, Agustín Cueva, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, "La cuestión del fascismo en América Latina", em *Cuadernos Políticos*, n. 18, México, outubro-dezembro de 1978. Ver também de Ruy Mauro Marini, "La lucha por la democracia en América Latina", em *Cuadernos Políticos*, n. 44, México, julho-dezembro de 1985. (A coleção completa da revista *Cuadernos Políticos* está disponível na seguinte página: <<http://www.cuadernospoliticos.unam.mx>> N.T.)

terror, disciplinar a população: tais foram alguns dos principais objetivos dos Estados de contrainsurgência.

Tratava-se de uma violência com um sentido político preciso: gerar uma "paz social" que tornasse possível o estabelecimento de novas modalidades de reprodução do capital com altos custos para as condições de vida e de trabalho da ampla maioria da população. Uma paz social que perduraria por décadas, enquanto os capitais locais criassem as condições de sua reconversão dentro de uma nova divisão internacional do trabalho, em que a região voltaria a ser grande abastecedora de matérias-primas e alimentos para o mercado mundial e produtora de partes e/ou montadora de produtos sob a forma de maquila. Em outras palavras, uma paz para a conformação de um novo padrão de reprodução – exportador – que reproduzisse a dinâmica das economias dependentes em toda sua ferocidade com uma estrutura produtiva orientada a ignorar as necessidades do grosso da população, a não integrá-la ou integrá-la apenas marginalmente ao mercado e a redobrar os mecanismos de superexploração.

Nesse caminho, romper com as alianças sociais e políticas geradas nas primeiras décadas da industrialização era uma necessidade iniludível. O Estado de contrainsurgência foi a forma política para realizar aquelas fraturas que mais tarde se estenderão sob a dinâmica do mercado e as políticas neoliberais que acompanharam as novas formas de reprodução do capital na região.

O início e a cristalização do novo modelo exportador implicaram profundos reajustes políticos que necessariamente deveriam se expressar no Estado, sendo em geral segmentos do grande capital financeiro, industrial, comercial e agrário dinâmicos, privilegiadamente aliados ao capital estrangeiro, que hegemonizaram esse processo.

A disputa pelo Estado que esse processo implicou não foi uma questão menor. Somente nele se cristaliza a *hegemonia política* e a definição dos projetos e modelos econômicos e políticos que prevalecem. Somente o Estado tem a capacidade de apresentar interesses sociais limitados como interesses societários de toda a comunidade, ou seja, como projeto de todos. Foi através dele, portanto, que a nova grande burguesia latino-americana conseguiu impor seu novo padrão de reprodução e readequar a sociedade para o exercício de sua dominação. A centralidade do Estado foi um elemento fundamental para fortalecer econômica e politicamente os setores que o hegemonizaram.

O poder econômico desse setor do capital foi ampliado pelos processos de privatização. Um número elevado de empresas estatais passou para mãos privadas, vendidas em geral a preços irrisórios⁷. A isso se soma a abertura de serviços estatais como a saúde, educação e moradia, e particularmente do controle dos fundos de pensão, para que se tornassem meros negócios⁸. Tudo isso concedeu um potencial econômico ao grande capital latino-americano como nunca antes.

⁷ Em 1998, ano em que as privatizações nas economias latino-americanas já tinham percorrido um longo caminho, capitais locais associados às multinacionais, atraídas pelos baixos preços, investiram a cifra recorde de 56 bilhões de dólares na compra de empresas na região. Dessa quantia, 47 bilhões de dólares foram destinados à compra de companhias brasileiras. Ver James Petras, "El fin del mito de la globalización", *Rebelión*, 25 de março de 1999.

⁸ Somente a título de exemplo, basta considerar o papel desse processo no caso chileno. "Em julho de 1995 os ativos dos fundos de pensão nesse país chegam a aproximadamente 26 bilhões de dólares, cifra superior a 40% do Produto Geográfico Bruto (PGB) e no ano 2000 esses fundos representariam 80% do PGB". Ver Juan Arancibia, "La reforma del sistema de pensiones y el ahorro interno", em Saúl Osorio e Berenice Ramírez (coords.), *Seguridad o inseguridad social: los riesgos de la reforma*. México: Triana Editores/Unam, 1997, p. 191.

Em conjunto com esse processo foram realizadas reformas trabalhistas, em geral marcadas pela tendência à desintegração ou atomização de sindicatos e de outros mecanismos de defesa existentes no campo do trabalho, o que permitiu um drástico aumento da superexploração, oculta em categorias como "flexibilidade das leis trabalhistas" ou "emprego precário"⁹. Com isso, cresceu a camada da população em nível de pobreza. Nas novas condições, pobreza já não é sinônimo de desemprego, como nas décadas passadas: mesmo com emprego é possível ser pobre na nova situação.

A centralidade do Estado dependente

Para realizar as mudanças econômicas e políticas que de forma sucinta esboçamos, o Estado teve um papel central. Não é casual que muitas transformações que engendraram o novo modelo exportador tenham sido realizadas sob Estados ditatoriais ou autoritários e que, apesar das múltiplas consultas eleitorais realizadas após a queda desses regimes, os grupos econômicos que começaram a se tornar fortes na etapa anterior tenham se fortalecido ou mantido seu poderio, acentuando a polarização da sociedade e tornando a América Latina a região que apresenta os maiores índices de desigualdade¹⁰. A

⁹ De acordo com um estudo realizado em 1998 no Chile, "em 1992, 15,6% dos empregados assalariados trabalhavam sem contrato de trabalho assinado. Em 1994, este número aumentou para 20,3% e em 1996 para 22,3%". Ver: Magdalena Echeverría e Verónica Uribe. *Condiciones de trabajo en sistemas de subcontratación*, OIT, Santiago, 1998, p. 3. Isso permitiu que no Chile o emprego crescesse nos últimos anos da década de 1990, mas foi um aumento do emprego precário, que tem como uma de suas características a remuneração dos novos assalariados abaixo da linha da pobreza.

¹⁰ Sobre este ponto, ver Adolfo Figueroa, "Equidad, inversión extranjera y competitividad internacional", *Revista de la Cepal*, n. 68, Santiago, agosto de 1998.

hegemonia do grande capital latino-americano não foi alterada após as mudanças nas formas de dominação com as chamadas democratizações.

O novo papel do mercado, regido pelo poderio dos grupos monopólicos, gerou novos exercícios da política, que parece deslocada ou relegada a segundo plano diante dos condicionamentos de oferta e demanda. Mas esse deslocamento é altamente funcional para as necessidades políticas do grande capital local e internacional, ou seja, trata-se de um movimento cuja finalidade é não apenas econômica, mas particularmente política, supostamente transferindo a tomada de decisões para um território aparentemente neutro – o mercado – onde o capital hegemônico tem melhores condições para levar adiante seus projetos.

A “mão invisível” que regeria o mercado foi uma parte central do discurso ideológico (apoiado em paradigmas neoclássicos) empregado pelos dominantes para justificar a sujeição sobre outros interesses de classe e *para ocultar novas modalidades de ingerência estatal em seu benefício*. O suposto abandono da política (ou da politicagem) para abrir passagem para a racionalidade da economia – defendida pela tecnocracia – era na verdade uma nova forma de fazer política, mas agora dirigida para dar conta de outros interesses sociais.

Uma nova matriz Estadocêntrica

Isto posto, a ideia de que teriam chegado ao fim as sociedades organizadas em torno a uma matriz Estadocêntrica na América Latina, passando a serem regidas pelo mercado¹¹, está

¹¹ Marcelo Cavarozzi e Manuel Antonio Garretón foram dois dos principais expoentes dessas ideias. Do primeiro, pode-se ver: “Más allá de las transiciones

equivocada ao colocar ênfase em alguns aspectos do Estado “visível”, como a redução do aparato estatal e o fim de diversas políticas sociais. Essa análise perde de vista a centralidade das novas formas de intervenção estatal e de exercício do poder para concretizar os interesses daqueles que o detêm. No fundo, a reflexão fica frágil ao não considerar os problemas referidos ao Estado “invisível”. De políticas sociais que ofereciam alguma proteção para cobrir as necessidades de amplas classes sociais, incluindo setores assalariados, passou-se nas últimas décadas a formas de intervenção socialmente restringidas.

Estariamos então numa etapa em que se esgota a *matriz Estadocêntrica*, mais heterogênea e policlassista em sua intervenção, e se inicia a construção de uma *nova matriz, também Estadocêntrica*, porém mais homogênea em relação aos interesses sociais defendidos em sua intervenção.

Isso não nega a necessidade de diferenciar as diversas modalidades de Estado¹², do aparato estatal, o tipo de políticas que são implementadas e as mudanças nas funções do Estado em diversos períodos históricos. Considerando os últimos elementos, temos uma mudança no *modo de regulação estatal*. Os

Reflexiones sobre el largo plazo en la política latinoamericana”, no livro compilado por C. Barba, J. L. Barros Horcasitas e J. Hurtado, *Transiciones a la democracia en Europa y América Latina*. México: Flacso/Portúa, 1991. Do segundo, pode-se ver, em colaboração com Malva Espinoza, “¿Reforma del Estado o cambio en la matriz sociopolítica? El caso chileno”, *Perfiles Latinoamericanos*, n. 1, Flacso, México, dezembro de 1992.

¹² O tema pode ser abordado também a partir da ideia das mudanças nas “formas de Estado”, com ênfase nas questões da legitimidade (mando-obediência), tal como o faz Rhina Roux em *El príncipe mexicano. Dominación y comunidad en el Estado posrevolucionario*, Tese de Doutorado, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, Unam, México, 2003. A ênfase em “como se domina”, relegando o problema de “quem domina”, é uma de minhas principais críticas a esse interessante trabalho.

padrões de industrialização (regidos por políticas econômicas de corte keynesiano) exigiram uma forma de intervenção estatal que se modifica sob o padrão exportador atual (com orientações neoliberais em termos de política econômica). Tudo isso deve estar situado no mapa cartográfico que tem como coordenadas a análise sobre quem detém o poder político e como o exerce.

Por isso, contra o discurso ideológico neoliberal, *é preciso questionar a ideia de que já não há intervenção estatal. Esta intervenção simplesmente se redefiniu* em função dos interesses sociais prevaletentes no Estado. É o que ocorre, por exemplo, quando o “austero” Estado latino-americano passa a cobrir as dívidas de grandes banqueiros ou assume os custos dos investimentos que não prosperam.

Na verdade, as mudanças em relação ao tamanho do aparato do Estado e à reorientação de suas funções levaram à formação de um Estado muito mais eficiente e adequado para os fins do grande capital local e internacional. A desregulamentação da economia gera maiores volatilidades, *o que exige maiores intervenções estatais para regulá-la*, tanto no plano nacional quanto no internacional. Por exemplo, para criar programas de governos ou regiões em crise¹³ e para enfrentar a intensificação da concorrência entre capitais.

Esta nova matriz é também Estadocêntrica em relação ao exercício do poder político: foi se radicando no poder do Estado, no Estado “invisível”, que as novas hegemonias conseguiram reordenar a sociedade e disciplinar as diversas

¹³ Como aconteceu na crise da economia mexicana ao final de 1994, em que o governo dos Estados Unidos, encabeçado por William Clinton, aportou 20 bilhões de dólares para solucionar o problema.

classes. Em suma, o exercício do poder político estatal aparece como a variável fundamental que permite explicar o mundo societário das últimas décadas.

Conclusões

Frente aos desafios colocados pela mundialização, o Estado latino-americano segue cumprindo tarefas políticas e econômicas essenciais. A “paz social”, na férrea concorrência por capitais no plano internacional, constitui hoje um dos elementos vitais que devem ser alcançados pelos Estados, e isso tem promovido um reforço dos mecanismos de disciplinamento societário e de controle dos conflitos requeridos pelo próprio modelo econômico.

Neste mesmo sentido, é o Estado que negocia com outros Estados os processos de integração regional, bem como os espaços a serem conquistados pela nova economia no plano internacional, de modo que seus dirigentes participam ativamente nos mais diversos fóruns econômicos mundiais. É sobre esta base que o grande capital local e as filiais internacionais assentadas na região tratam de alcançar melhores exposições.

Tudo isso exige uma administração estatal cada vez mais eficiente e novos tipos de reforma estatal, temas que estão entre as preocupações centrais de organismos como o Banco Mundial ou a Cepal¹⁴.

¹⁴ Do primeiro, ver *El Estado en un mundo en transformación*, op. cit.; e do segundo, *El pacto fiscal. Fortalezas, debilidades, desafíos*, op. cit.